Exmo./a Senhor/a Alto/a Comissário/a para as Migrações,

Venho, pelo presente formulário, apresentar denúncia interna, na acepção do artigo 2.º da [Lei n.º 93/2021 de 20 de Dezembro](https://dre.pt/dre/detalhe/lei/93-2021-176147929).

# Identificação do/a Denunciante (caso pretenda, a denuncia pode ser anónima, não tendo de indicar a sua identificação, endereço ou contatos)

# Nome Completo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Contato para resposta (email/telefone/morada):\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Autoriza que o seu nome seja revelado ao denunciado?

# Sim ou Não: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Qualidade em que intervém o denunciado (Funcionário; prestador de serviços; colaborador; instituição; outro)

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Identificação do denunciado

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Descrição da denúncia (Identifique o tipo de irregularidade: por ex. denuncia de atos de corrupção e infrações conexas; conflito de interesses; favorecimento de indevido de pessoas ou entidades; recebimento indevido de ofertas; formação fictícia; falsificações de documentos ou assinaturas; incumprimento da confidencialidade das informações; incumprimento de contratos; irregularidades no domínio da contratação publica, ou outra)\*

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Identificação dos factos (Narre objetivamente os factos de que tem conhecimento com o maior detalhe possível, incluindo referência a datas ou períodos em que os mesmos ocorreram, locais, modo de atuação e como tomou conhecimento dos factos)

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Efectuou esta denúncia a outras entidades?(Em caso afirmativo, indique quais)

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Submissão de documentos comprovativos (Se pretender enviar documentos, indique quais e confirme os documentos antes de anexar e enviar)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Envio da denúncia:**

**A denúncia poderá ser comunicada ao ACM, I. P. para os seguintes contactos:**

* E-mail: canal.denuncias@acm.gov.pt
* Telefone: 222073814
* Morada: Gabinete de Auditoria Interna e Proteção de Dados

Avenida de França, Edf. Capitólio, n.º 316, Loja 57, 4050-276 Porto

# Legislação e documentos aplicáveis:

# Lei n.º 93/2021 de 20 de Dezembro

# Lei n.º 94/2021 de 21 de Dezembro

# Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de Dezembro

# Regulamento Interno do Canal de Denuncias: O Regulamento Interno do Canal de Denuncias poderá ser consultado no *website* do ACM, I.P.

**Confidencialidade e Proteção de Dados:**

O ACM, I. P. é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos e assegura a confidencialidade do/a denunciante, sendo o acesso restrito às pessoas responsáveis por receber ou dar seguimento a denúncias.

Os dados pessoais são tratados ao abrigo de obrigações legais a que o ACM,I.P. se encontra adstrito, designadamente para o cumprimento do disposto no Regime Geral de Prevenção da Corrupção, em conformidade com o Regime Geral da Proteção de Dados.

O ACM, I.P. conserva um registo das denúncias recebidas pelo período de cinco anos, e independentemente desse prazo, durante a pendência de processos judiciais ou administrativos referentes à denúncia. Os dados pessoais poderão ser partilhados com outras entidades cuja comunicação se revele necessária e indispensável ao seguimento das denuncias ou no cumprimento de obrigações legais.

Para efeitos de exercício dos seus direitos relativo à proteção de dados (acesso, retificação, apagamento, limitação, portabilidade, oposição, não ficar sujeito a decisões individuais automatizadas ou, em qualquer altura, revogar o consentimento nos casos em que o mesmo é aplicável) poderá utilizar o contacto de email epd.protecaodedados@acm.gov.pt ou por correio para a morada Rua Álvaro Coutinho, n.º 14, 1150-025 Lisboa.

Informa-se, ainda, que poderá exercer o direito de reclamação junto da Autoridade Nacional de Proteção de Dados competente.